

Sumário

Introdução.....	27
-----------------	----

EIXO 1

1. CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
2. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	29
2.1. Juiz de Garantias	29
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	30
3.1. Princípio da Presunção de Inocência	31
3.2. Princípio do Contraditório ou da Bilateralidade da Audiência.....	31
3.3. Princípio da Ampla Defesa	31
3.4. Princípio da Igualdade Processual ou da Paridade de Armas.....	31
3.5. Princípio da Imparcialidade do Juiz.....	31
3.6. Princípio da Publicidade.....	32
3.7. Princípio da Verdade Real	33
3.8. Princípio do Juiz Natural	33
3.9. Princípio do Promotor Natural.....	34
3.10. Princípio do Favor Rei ou do Favor Réu.....	34
3.11. Princípio do Devido Processo Legal.....	34
3.12. Princípio da Economia Processual	34
3.13. Princípio da não Autoincriminação (<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>)...	34
3.14. Princípio da Vedação às Provas Ilícitas.....	35
3.15. Princípio do Delegado de Polícia Natural	37
4. FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	38
4.1. Espécies	38
5. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS.....	39
5.1. Sistema Inquisitivo.....	39

5.2.	Sistema Acusatório.....	39
5.3.	Sistema Misto.....	40
5.4.	Sistema Adotado pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro	40
6.	HISTÓRIA DO PROCESSO PENAL	41
6.1.	História do Código de Processo Penal no Brasil	43
7.	INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	43
7.1.	Lei Processual Penal no Espaço	44
7.2.	Interpretação do Direito Processual Penal	44
	REFERÊNCIAS.....	45

EIXO 2

8.	DEVIDO PROCESSO LEGAL	47
8.1.	Introdução.....	47
8.2.	Aspecto Histórico.....	47
8.3.	Contraditório e Ampla Defesa	53
8.4.	Princípio do Juiz Natural	53
8.5.	Promotor Natural e Delegado Natural	54
8.6.	Papel da Sociedade Civil no Devido Processo Legal.....	54
8.7.	Devido Processo Legal e a Tecnologia	54
8.8.	Conclusão.....	56
9.	DEVIDA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	56
9.1.	Introdução.....	56
9.2.	Princípio do Delegado de Polícia Natural	60
9.3.	O Papel da Polícia Judiciária na Proteção dos Direitos Humanos....	62
9.4.	A Processualização da Investigação Criminal.....	62
9.5.	Conclusão.....	63
10.	AUTOMAÇÃO DO PROCESSO PENAL	63
10.1.	Conceito	63
10.2.	Finalidade.....	63
10.3.	Desafios e Considerações Éticas	64
10.4.	Conclusão.....	65
	Referências	65

EIXO 3

11.	PERSECUÇÃO PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS	67
-----	--	----

11.1. Audiências Virtuais.....	73
11.2. Provas Digitais.....	82
Referências	90

EIXO 4

12. JURISDIÇÃO NA INTERNET – A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO	91
13. 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (REVOLUÇÃO 4.0).....	92
14. CIÊNCIA DE DADOS E JURIMETRIA	93
15. A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	94
16. PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CNJ SOBRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PODER JUDICIÁRIO.....	95
16.1. Resolução CNJ Nº 332/2020: Inteligência Artificial e Direito	95
16.2. Resolução CNJ Nº 325/2020: Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ENTIC-JUD	97
16.3. Resolução CNJ Nº 335/2020: PDPJ-BR	98
16.4. Resolução CNJ Nº 337/2020: Videoconferência.....	99
16.5. Resolução CNJ Nº 345/2020: Juízo 100% Digital	103
16.6. Resolução CNJ Nº 354/2020: Cumprimento Digital de Ato Processual.....	103
16.7. Resolução CNJ Nº 358/2020: ODRS e SIREC.....	105
16.8. Resolução CNJ Nº 372/2021: Balcão Virtual.....	105
16.9. Resolução CNJ Nº 396/2021: Estratégia Nacional de Segurança da Informação e Cibernética	106
17. INQUÉRITO POLICIAL ELETRÔNICO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

EIXO 5

18. INQUÉRITO POLICIAL.....	111
18.1. Conceito de Inquérito Policial.....	111
18.2. Natureza Jurídica do Inquérito Policial.....	112
18.3. Vícios nos Atos do Inquérito Policial	112
18.4. Finalidades do Inquérito Policial.....	113
18.5. Valor Probatório do Inquérito Policial.....	115

18.6.	Atribuição para a Presidência do Inquérito Policial.....	116
18.6.1.	Polícia administrativa e polícia judiciária	116
18.6.2.	Responsável pela condução da investigação criminal	116
18.6.3.	Atribuição em face da natureza da infração	117
18.6.4.	Atribuição em face do local da infração penal	119
18.7.	Características do Inquérito Policial	119
18.7.1.	Procedimento escrito	119
18.7.2.	Procedimento sigiloso ou de publicidade mitigada?	120
18.7.3.	Procedimento (in)dispensável	122
18.7.4.	Procedimento inquisitivo ou apuratório (ou investigatório)?	124
18.7.5.	Procedimento discricionário	128
18.7.6.	Procedimento oficial	129
18.7.7.	Procedimento oficioso ou obrigatório	129
18.7.8.	Procedimento indisponível	130
18.7.9.	Procedimento temporário	130
18.8.	Formas de Instauração do Inquérito Policial	131
18.8.1.	Crimes de ação penal pública incondicionada	131
18.8.2.	Crimes de ação penal pública condicionada à representação	132
18.8.3.	Crimes de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	133
18.8.4.	Crimes de ação penal privada	134
18.9.	<i>Notitia Criminis</i>	134
18.10.	Diligências Investigatórias	136
18.10.1.	Preservação do local do crime (Art. 6º, I, do CPP)	136
18.10.2.	Apreensão de objetos (Art. 6º, II, do CPP)	137
18.10.3.	Colheita de outras provas (Art. 6º, III, do CPP)	137
18.10.4.	Ouvir o ofendido (Art. 6º, IV, do CPP)	137
18.10.5.	Ouvir o indiciado (Art. 6º, V, do CPP)	138
18.10.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas (Art. 6º, VI, 1ª parte, do CPP)	138
18.10.7.	Acareação (Art. 6º, VI, 2ª Parte, do CPP)	139
18.10.8.	Determinação de exame de corpo de delito e outras perícias (Art. 6º, VII, do CPP)	140
18.10.9.	Identificação do Indiciado (Art. 6º, VIII, CPP)	140
18.10.10.	Averiguação da vida pregressa do indiciado (Art. 6º, IX, do CPP)	142

18.10.11. Colheita de informações sobre filhos (Art. 6º, X, do CPP)	142
18.10.12. Reprodução simulada dos fatos (Art. 7º do CPP).....	143
18.10.13. Acesso a dados cadastrais (Art. 13-A, CPP e Art. 15 da Lei N.º 12.850/2013).....	143
18.10.14. Requisição de dados de localização (Art. 13-B do CPP)	144
18.10.15. Poder de requisição (Art. 2º, § 2º, da Lei N.º 12.830/2013).....	144
18.11. Citação de Investigado Integrante das Forças de Segurança Pública e das Forças Armadas (Art. 14-A do CPP)	145
18.12. Incomunicabilidade do Indiciado Preso.....	145
18.13. Indiciamento.....	146
18.13.1. Conceito.....	146
18.13.2. Quem tem atribuição para indiciar?	146
18.13.3. Pressupostos para o indiciamento.....	146
18.13.4. Sujeito passivo do indiciamento	148
18.13.5. Espécies.....	149
18.13.6. Momento	151
18.13.7. Efeitos do indiciamento	152
18.13.8. Desindiciamento.....	153
18.14. Conclusão do Inquérito Policial.....	153
18.14.1. Prazo para conclusão do inquérito policial.....	153
18.14.2. Relatório final.....	155
18.14.3. Destinatário do inquérito policial	156
18.14.4. Providências após a remessa do inquérito policial	157
18.15. Arquivamento e Desarquivamento do Inquérito Policial.....	157
18.15.1. Arquivamento implícito	160
18.15.2. Arquivamento indireto	161
18.15.3. Arquivamento de inquérito policial que apura crime de ação penal privada.....	162
19. AÇÃO PENAL	162
19.1. Conceito de Direito de Ação e seu Fundamento Constitucional ...	162
19.2. Natureza Jurídica das Normas que Tratam do Direito de Ação	163
19.3. Características do Direito de Ação	165
19.4. Condições da Ação Penal e Pressupostos Processuais	166
19.4.1. Condições genéricas.....	166
19.4.2. Condições específicas	168
19.4.3. Pressupostos processuais.....	169

19.5.	Classificação da Ação Penal.....	170
19.5.1.	Espécies de ação penal pública.....	170
19.5.2.	Espécies de ação penal privada.....	172
19.6.	Princípios da Ação Penal.....	173
19.6.1.	Princípios da ação penal pública.....	173
19.6.2.	Princípios da ação penal privada.....	175
19.7.	Exordial Acusatória.....	176
19.7.1.	Denúncia.....	176
19.7.2.	Queixa-Crime.....	177
19.7.3.	Hipóteses de rejeição da denúncia ou da queixa-crime.....	178
19.8.	Causas Extintivas de Punibilidade Relacionadas ao Direito de Ação.....	179
19.8.1.	Decadência.....	179
19.8.2.	Renúncia ao direito de queixa.....	179
19.8.3.	Perempção.....	180
19.8.4.	Perdão do ofendido aceito.....	181
19.8.5.	Desistência.....	183
20.	AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	183
20.1.	Conceito e Espécies.....	183
20.1.1.	Sentença penal condenatória como título executivo (Art. 63 do CPP).....	184
20.1.2.	Ação de conhecimento para ressarcimento do dano (Art. 64 do CPP).....	186
20.2.	Legitimidade Ativa.....	186
20.3.	Hipóteses de Exclusão da Responsabilidade Civil.....	188
20.4.	Prescrição.....	188
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189

EIXO 6

21.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	191
22.	MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	191
23.	COMPETÊNCIA.....	195
24.	QUESTÕES ESPECIAIS.....	199

25.	TEORIA GERAL DAS PROVAS	255
25.1.	Análise da Teoria Geral da Prova – Lei 11.690/08.....	255
25.2.	Princípios Relacionados à Prova Penal	256
25.3.	Fonte de Prova, Meios de Prova, Meios de Obtenção de Prova e Objeto de Prova.....	263
25.4.	Destinatário da Prova	265
25.5.	Classificação das Provas.....	268
25.6.	Sistemas de Avaliação ou Valoração da Prova.....	270
25.7.	Ônus da Prova	273
25.8.	Iniciativa Probatória do Juiz.....	275
25.9.	Etapas da Produção de Prova	275
25.10.	Prova Ilegal/Prova Proibida.....	277
26.	PROVAS EM ESPÉCIE.....	286
26.1.	Prova Pericial.....	286
26.2.	Exame de Corpo de Delito e Outras Perícias	286
26.3.	Cadeia de Custódia	287
26.4.	Outras Perícias	291
26.5.	Interrogatório Judicial	292
26.6.	Confissão do Acusado.....	300
26.7.	Delação Premiada	301
26.8.	Inquirição do Ofendido (Art. 201)	303
26.9.	Prova Testemunhal	303
26.10.	Reconhecimento de Pessoas e Coisas (Arts. 226 a 228).....	306
26.11.	Acareação (Arts. 229 e 230).....	307
26.12.	Prova Documental	308
26.13.	Indícios.....	309
26.14.	Busca e Apreensão	310
27.	INCIDENTES PROCESSUAIS/QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	314
27.1.	Questões Prejudiciais.....	314
27.2.	Classificação das Questões Prejudiciais.....	314
27.3.	Exceções (Arts. 95 a 111, CPP)	315
27.4.	Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	324
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	326

EIXO 7

28.	DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	329
28.1.	Do Juiz	329
28.2.	Do Ministério Público	332
28.3.	Do Acusado e seu Defensor	333
28.4.	Do Assistente de Acusação	335
28.5.	Dos Auxiliares da Justiça	337
29.	DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	338
29.1.	Da Prisão em Flagrante Delito	338
29.2.	Da Prisão Preventiva	344
29.3.	Prisão Temporária	354
29.4.	Das Medidas Cautelares Diversas da Prisão	356
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	362

EIXO 8

30.	DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	365
30.1.	Espécie de Citação	366
30.1.1.	Citação pessoal	366
30.1.2.	Citação presumida	368
31.	DAS INTIMAÇÕES	369
32.	DA SENTENÇA	370
32.1.	Atos Jurisdicionais	370
32.2.	Despachos de Mero Expediente	371
32.3.	Decisões Interlocutórias	371
32.4.	Decisões Definitivas	371
32.5.	Sentença	372
32.5.1.	Estrutura da sentença	372
32.5.2.	Classificação quanto aos efeitos das sentenças	374
32.5.3.	Classificação da sentença	374
32.6.	Sentença penal absolutória	376
32.6.1.	Classificação das sentenças absolutórias: própria, imprópria e sumária	376

32.6.2. Causas de absolvição.....	377
32.6.3. Efeitos da sentença absolutória.....	379
32.7. Sentença Penal Condenatória.....	379
32.7.1. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	383
32.7.2. Efeitos penais.....	383
32.7.3. Efeitos extrapenais.....	385
32.8. Intimação da Sentença.....	389
32.9. Princípio da Correlação entre o Pedido e o Objeto da Decisão no Processo Penal: <i>Emendatio Libelli</i> e a <i>Mutatio Libelli</i>	391
32.9.1. <i>Emendatio Libelli</i>	391
32.9.2. <i>Mutatio Libelli</i>	392
33. PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	395
33.1. Conceito.....	395
33.2. Classificação do Procedimento.....	396
33.3. Procedimento Comum Ordinário (Arts. 395 a 405 do CPP).....	397
33.4. Procedimento Comum Sumário (Arts. 531 a 538 do CPP).....	401
33.5. Procedimento Comum Sumaríssimo (Lei N° 9.099/95).....	402
33.5.1. Competência do juizado especial criminal.....	404
33.5.2. Fases do procedimento sumaríssimo.....	404
34. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	406
34.1. Procedimento do Júri.....	407
34.2. Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administra- ção em Geral.....	411
34.3. Crimes Contra a Honra.....	412
34.4. Crimes Falimentares.....	413
34.5. Crimes Contra a Propriedade Imaterial.....	414
34.6. Crimes Praticados no Âmbito da Lei Maria da Penha – Lei N°. 11.340/06.....	415
34.7. Crimes Praticados por Organizações Criminosas.....	418
34.8. Crimes da Lei de Drogas.....	419
34.9. Crimes de Competência Originária dos Tribunais Superiores.....	421
34.10. Crimes Contra a Economia Popular.....	421
34.11. Procedimento para Restauração de Autos Extraviados – Arts. 541/ 548 CPP.....	422
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	423

EIXO 9

35.	DAS NULIDADES	425
35.1.	Nulidade Relativa	426
35.2.	Nulidade Absoluta	427
35.3.	Irregularidades	429
36.	DOS RECURSOS EM GERAL	429
36.1.	Dos Princípios Recursais	430
36.1.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição	430
36.1.2.	Princípio da “reformatio in mellius”	431
36.1.3.	Princípio da voluntariedade.....	431
36.1.4.	Princípio da disponibilidade.....	432
36.1.5.	Princípio da taxatividade.....	432
36.1.6.	Princípio da unirecorribilidade	432
36.1.7.	Princípio da fungibilidade ou recurso indiferente	432
36.1.8.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta ou indireta	432
36.1.9.	Princípio da complementariedade	433
36.1.10.	Princípio da suplementariedade	433
36.2.	Pressupostos de Admissibilidade	433
36.2.1.	Pressupostos Objetivos	433
36.2.2.	Pressupostos Subjetivos	434
36.3.	Dos Efeitos Recursais	434
37.	DOS RECURSOS EM ESPÉCIE.....	435
37.1.	Recurso em Sentido Estrito	435
37.2.	Apelação	438
37.3.	Embargos de Declaração.....	440
37.4.	Embargos Infringentes e de Nulidade	441
37.5.	Agravo em Execução	442
37.6.	Revisão Criminal.....	443
37.7.	Mandado de Segurança Criminal	444
37.8.	<i>Habeas Corpus</i>	445
37.9.	Carta Testemunhável	446
37.10.	Apelação no Juizado Especial Criminal.....	447
37.11.	Recurso Extraordinário.....	448
37.12.	Recurso Especial	449
37.13.	Recurso Ordinário Constitucional	449
37.14.	Reclamação Constitucional	450

37.15. Agravo Criminal	450
37.16. Embargos de Divergência	450
37.17. Agravo Regimental	450
37.18. Correição Parcial.....	451
38. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	451
39. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	454
40. RESUMO DOS RECURSOS	455
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	456